



## GOVERNANÇA TERRITORIAL NA ABORDAGEM DA SAÚDE ÚNICA

**Adriano Silva da Rosa**

Mestrando no Programa Desenvolvimento e Políticas públicas da Universidade Federal Fronteira Sul (UFS) e Bolsista CAPES.

**Louise de Lira Roedel Botelho**

Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Professora e Coordenadora Adjunta no Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento e Políticas públicas da Universidade Federal Fronteira Sul (UFS), [louisebotelho@uffs.edu.br](mailto:louisebotelho@uffs.edu.br).

### 1. Introdução

Este estudo tem como objetivo compreender a relação entre governança territorial e a abordagem da Saúde Única (One Health), com ênfase na formulação de políticas públicas e no desenvolvimento territorial sustentável. Fundamentado em uma perspectiva transdisciplinar, parte-se da concepção de território como espaço vivo, simbólico e dinâmico, influenciado por práticas sociais, políticas e ecológicas. A emergência do conceito de Territórios Saudáveis e Sustentáveis (TSS) torna-se central para essa análise, articulando saúde coletiva, planejamento territorial e pactos socioterritoriais.

A problemática da pesquisa questiona como a articulação entre governança territorial e Saúde Única pode fortalecer políticas públicas integradas. Considerando as crises ambientais, sanitárias e sociais recentes, torna-se urgente integrar as dimensões humanas, animais e ambientais da saúde, superando abordagens fragmentadas e setoriais.

A justificativa do trabalho reside na necessidade de avançar teoricamente sobre a governança em saúde e o papel das práticas territoriais na efetividade das políticas públicas. Após a Constituição Federal de 1988 e a criação do SUS, o Estado brasileiro passou a institucionalizar formas participativas e descentralizadas de gestão, demandando novas leituras analíticas sobre seus resultados e desafios. Ao mesmo tempo, a Saúde Única apresenta-se como um novo paradigma global, defendido por organizações como a OMS, FAO e Banco Mundial, reforçando a conexão entre saúde pública, saúde ambiental e segurança sanitária.



A função social da pesquisa está em oferecer subsídios teóricos e metodológicos para gestores públicos, profissionais da saúde, pesquisadores e comunidades locais, colaborando com a construção de arranjos institucionais que promovam saúde, equidade e sustentabilidade. O objetivo geral é compreender, a partir da literatura, a relação entre governança territorial e Saúde Única. Os objetivos específicos envolvem: (1) identificar os conceitos predominantes na literatura; (2) mapear lacunas e potencialidades teóricas e práticas; e (3) propor um modelo conceitual integrador.

## **2. Metodologia**

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada na revisão sistematizada da literatura. Este método foi escolhido para interpretar criticamente as produções acadêmicas e institucionais relacionadas à governança territorial, à Saúde Única e às políticas públicas em saúde e desenvolvimento sustentável. A orientação epistemológica baseia-se na teoria crítica, reconhecendo o caráter histórico, político e conflituoso das construções sociais analisadas.

O corpus foi construído com base em critérios de relevância temática, atualidade e abrangência teórica, utilizando descritores como “governança territorial”, “Saúde Única”, “territórios saudáveis”, “desenvolvimento sustentável” e “políticas públicas”. Foram consultadas bases como Scielo, Lilacs, BVS, PubMed e Google Acadêmico.

A revisão seguiu as etapas descritas por Donato e Donato (2019): definição da pergunta de pesquisa, seleção dos descritores, triagem dos estudos e análise crítica. Utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, segundo Bardin (2011), categorizando os achados em seis eixos: (a) governança territorial; (b) fundamentos da Saúde Única; (c) saúde e território; (d) experiências práticas; (e) lacunas teóricas e (f) modelos integradores.

Como base empírica complementar, foram analisadas ações do PRO-COLAB/UFFS, inserido na Rede de Territórios Saudáveis da Região Funcional de Planejamento 7 (RFP 7). Esta articulação entre literatura e prática institucional favoreceu a proposição de um modelo conceitual aplicável a realidades territoriais complexas.

## **3. Resultados e Discussão**

A análise revelou que o campo da governança territorial tem se ampliado, especialmente na geografia política e nas ciências sociais aplicadas. Entretanto, as



conexões com os fundamentos da Saúde Única ainda são escassas e fragmentadas. Observa-se a ausência de modelos integradores que articulem as três dimensões da saúde (humana, animal e ambiental) com a governança participativa e intersetorial.

O conceito de Territórios Saudáveis e Sustentáveis, conforme proposto por Machado et al. (2017), emerge como eixo teórico relevante, definindo espaços onde a saúde é construída socialmente através de políticas públicas e engajamento comunitário. No entanto, sua operacionalização carece de indicadores concretos e avaliações empíricas robustas.

Os arranjos mais efetivos de governança observados na literatura valorizam a participação social, o saber local e o diálogo intersetorial. Essas práticas convergem com os princípios da Saúde Única, como defendido pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2024), especialmente em contextos de vulnerabilidade social e ecológica.

A experiência do PRO-COLAB evidencia a relevância das redes sociotécnicas e da ciência cidadã para o fortalecimento da governança em saúde. Ao integrar academia, gestores e sociedade civil, o programa fortalece a produção de conhecimento aplicado e democrático.

A proposta teórica construída neste estudo associa cinco elementos: (1) governança participativa; (2) gestão intersetorial e descentralizada; (3) território como espaço simbólico e político; (4) saúde como direito universal; e (5) ecossistemas equilibrados como base para o bem-estar coletivo.

Entretanto, persistem lacunas empíricas no Brasil e na América Latina, onde os estudos raramente conectam governança e Saúde Única de forma direta. As pesquisas tendem a focar em temas isolados, como vigilância em saúde ambiental ou zoonoses, sem abordar o território como instância de articulação estratégica.

#### **4. Considerações Finais**

Conclui-se que a articulação entre governança territorial e Saúde Única constitui uma estratégia promissora para fortalecer políticas públicas integradas, justas e sustentáveis. A partir da análise da literatura e de experiências práticas, identificam-se contribuições teóricas importantes, mas também desafios metodológicos e lacunas empíricas significativas.



A dissertação apresenta uma contribuição relevante ao propor um modelo conceitual integrador, com base na interdisciplinaridade e na transdisciplinaridade. Este modelo dialoga com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, em especial com os princípios da equidade, da justiça ambiental e da saúde como direito humano.

O estudo também reafirma o papel central do Estado Democrático de Direito e da participação cidadã como elementos estruturantes da governança territorial em saúde. A cooperação multissetorial, o fortalecimento da base comunitária e a valorização dos saberes locais são apontados como estratégias indispensáveis para a efetividade das ações públicas.

Dessa forma, o trabalho aponta caminhos para novas pesquisas, como estudos de caso em regiões vulneráveis, construção de indicadores integrados e metodologias participativas de monitoramento. Com isso, almeja-se fortalecer a construção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis no Brasil e na América Latina.

### **Referências**

- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Uma Só Saúde (One Health). Brasília: Ministério da Saúde, 2024.
- DALLABRIDA, Valdir Roque. Governança territorial e desenvolvimento. Florianópolis: EdUFSC, 2011.
- DONATO, E.; DONATO, A. Revisão sistematizada da literatura: métodos e aplicações. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, v. 3, n. 5, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/metodologia/revisao-sistematizada-da-literatura>. Acesso em: 29 jun. 2025.
- FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations; WHO – World Health Organization; WOA – World Organisation for Animal Health; UNEP – United Nations Environment Programme. One Health Joint Plan of Action (2022–2026): working together for the health of humans, animals, plants and the environment. Rome: FAO, 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cc2289en>. Acesso em: 29 jun. 2025.





GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MACHADO, João M. H. et al. Territórios saudáveis e sustentáveis: proposta conceitual e desafios para a saúde coletiva. Cadernos de Saúde Pública, v. 33, n. 4, e00195816, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/9qHFQbnXxkN7D7ZrYV7zyJN/?lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

ONE HEALTH COMMISSION. What is One Health? [s.d.]. Disponível em: [https://www.onehealthcommission.org/en/why\\_one\\_health/what\\_is\\_one\\_health/](https://www.onehealthcommission.org/en/why_one_health/what_is_one_health/). Acesso em: 29 jun. 2025.

ROCKEFELLER FOUNDATION – LANCET COMMISSION. Planetary health: safeguarding human health in the Anthropocene epoch. The Lancet, v. 386, n. 10007, p. 1973–2028, 2015. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(15\)60901-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(15)60901-1). Acesso em: 29 jun. 2025.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. 11. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

WORLD BANK. One Health: operational framework for strengthening human, animal, and environmental public health systems at their interface. Washington, D.C.: World Bank, 2018. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/961101524657708673>. Acesso em: 29 jun. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Operational framework for building climate resilient health systems. Geneva: WHO, 2015. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241565073>. Acesso em: 29 jun. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Global framework for the response to antimicrobial resistance. Geneva: WHO, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240028029>. Acesso em: 29 jun. 2025.